



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Boletim de  
**TRABALHO**  
DO RIO GRANDE DO SUL



V. 3 N. 1



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Ranolfo Vieira Júnior

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO**

Secretário: Claudio Gastal

Secretária Adjunta: Izabel Matte

Subsecretário de Planejamento: Antonio Paulo Cargnin

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA**

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise Econômica: Vanessa Neumann Sulzbach

# BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

V. 3, N. 1, abril 2021

Porto Alegre, RS

Bol. Trab.	Porto Alegre	v. 3	n. 1	p. 1-21	abr. 2021
------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

R. Duque de Caxias, 1691

Porto Alegre - RS - 90010-281

Fone: (51) 3216-9000

E-mail: [dee@planejamento.rs.gov.br](mailto:dee@planejamento.rs.gov.br)

Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Chefe da Divisão de Análise Econômica: Vanessa Neumann Sulzbach

Equipe técnica: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Raul Luís Assumpção Bastos

Revisão técnica: Bruna Kasprzak Borges e Rodrigo Daniel Feix

Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

Normalização bibliográfica: João Vítor Ditter Wallauer

Projeto gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de trabalho do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1, (2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2019- .  
v. : il.

Trimestral.

1. Mercado de trabalho – Rio Grande do Sul. 2. Trabalho formal – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 331.5(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

O Boletim de Trabalho oferece, trimestralmente, análises sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, aprofundando, a cada edição, algum aspecto referente à força de trabalho e à ocupação, em dimensões como os rendimentos, o perfil demográfico dos trabalhadores e as diferentes formas de inserção no mercado.

# SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b>	4
<b>1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO QUARTO TRIMESTRE DE 2020</b>	6
<b>1.1 DESEMPENHO DE INDICADORES BÁSICOS DO MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO QUARTO TRIMESTRE DE 2020</b>	6
<b>1.2 OCUPADOS, POR POSIÇÃO E CATEGORIAS DO EMPREGO, NO RIO GRANDE DO SUL, DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19</b>	10
<b>2 O MERCADO FORMAL DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL EM 2020</b>	14
<b>2.1 A EVOLUÇÃO DO VOLUME DE EMPREGOS NO ESTADO E NO BRASIL, AO LONGO DO ANO</b>	15
<b>2.2 OS DESEMPENHOS SETORIAIS E EM OCUPAÇÕES SELECIONADAS</b>	16
<b>2.3 ALGUMAS EVIDÊNCIAS SOBRE A VARIAÇÃO DO EMPREGO, SEGUNDO ATRIBUTOS DOS TRABALHADORES</b>	19
<b>2.4 OS RESULTADOS AGREGADOS DA MOVIMENTAÇÃO DE 2020 NAS REGIÕES FUNCIONAIS</b>	20
<b>REFERÊNCIAS</b>	21

## SUMÁRIO EXECUTIVO

A primeira seção deste número do **Boletim de Trabalho do RS** trata do desempenho do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul no 4.º trim./2020, bem como da ocupação, por posição e categorias do emprego, em 2020, tendo sido elaborada com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A conjuntura de parcial recuperação da atividade econômica verificada no País e no Estado, desde o 3.º trim./2020, incidiu favoravelmente sobre alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho no quarto trimestre deste mesmo ano.

A taxa de participação na força de trabalho (TPFT), no RS, registrou uma recuperação parcial no 4.º trim./2020, quando se situou em 58,6%, 1,1 ponto percentual acima do nível verificado no trimestre imediatamente anterior. Todavia, ao se cotejar a TPFT do 4.º trim./2020 com a do mesmo trimestre de 2019, constata-se uma queda acentuada desse indicador (-6,0 pontos percentuais), apreendendo a grande contração na oferta de trabalho ocorrida durante a pandemia de Covid-19.

O nível de ocupação (NO) também evidenciou parcial recuperação no RS, no 4.º trim./2020, em relação ao trimestre imediatamente anterior, passando para 53,7%, com um aumento de 2,2 pontos percentuais, o que correspondeu a um acréscimo de 248 mil ocupados. Quando se compara o 4.º trim./2020 com o 4.º trim./2019, o desempenho do NO manteve-se ainda bastante desfavorável, com uma retração de 6,3 pontos percentuais, ou 506 mil ocupados a menos.

Quanto à taxa de desocupação (TD) no RS, esta evidenciou uma retração substancial no 4.º trim./2020, em relação ao trimestre imediatamente anterior (-1,9 ponto percentual), passando para 8,4%. Ao se cotejar o 4.º trim./2020 com o 4.º trim./2019, a TD no Estado manteve-se em patamar mais elevado (1,3 ponto percentual).

Após ter registrado melhora no segundo e no terceiro trimestres de 2020, o rendimento médio real habitual dos ocupados no RS teve uma redução acentuada no 4.º trim./2020 (-5,8%). Na comparação do 4.º trim./2020 com o mesmo trimestre do ano anterior, esse indicador ficou estável.

A massa de rendimento real habitual evidenciou estabilidade no RS, na comparação do 4.º trim./2020 com o

3.º trim./2020. Já na comparação do 4.º trim./2020 com o 4.º trim./2019, houve uma redução expressiva da massa de rendimento real habitual (-8,9%).

Essa seção, em sua segunda parte, trata dos ocupados, por posição e categorias do emprego no RS, durante a pandemia de Covid-19, em 2020. A segmentação dos ocupados permitiu conhecer a evolução das diferentes modalidades de inserção no mercado de trabalho do Estado, em uma conjuntura econômica adversa, sendo objeto de especial atenção aquelas que são reconhecidamente mais vulneráveis, com o que a ênfase recaiu sobre os trabalhadores informais.

As maiores perdas que ocorreram em 2020 foram verificadas nas modalidades mais vulneráveis de inserção na estrutura ocupacional do RS. Essa constatação é corroborada quando se observa a evolução da taxa de informalidade durante o ano de 2020. Esse indicador retraiu-se até o 2.º trim./2020, quando atingiu 30,7%, ficou estável no 3.º trim./2020 e recuperou-se parcialmente no 4.º trim./2020, quando se situou em 31,4%. Ao se cotejar o 4.º trim./2020 com o 4.º trim./2019, a taxa de informalidade apresentou uma retração de 2,6 pontos percentuais, confirmando a compreensão de que os trabalhadores informais foram atingidos mais negativamente pela conjuntura econômica em 2020. Nessa referência comparativa, ocorreu uma retração de 305 mil ocupados informais, o que correspondeu a 60,3% da queda do contingente total de ocupados no Estado.

A agregação dos diferentes segmentos ocupacionais em duas categorias — formais e informais — permitiu ter-se uma noção geral da evolução dos rendimentos de cada uma delas no RS, durante 2020. Para ambas, ocorreu um processo de melhora do rendimento médio real habitual até o 3.º trim./2020. Na comparação do terceiro com o primeiro trimestre de 2020, o rendimento médio real habitual dos ocupados formais registrou uma variação positiva de 6,5%, e o dos informais, de 10,2%. As duas categorias tiveram um retração desse indicador no 4.º trim./2020, frente ao trimestre imediatamente anterior, sendo esta mais intensa entre os trabalhadores informais (-7,3%) *vis-à-vis* os formais (-5,2%). E, ao se cotejar o 4.º trim./2020 com o mesmo trimestre do ano anterior, o rendimento médio real habitual dos ocupados formais estava estável (variação de -0,2%), enquanto o dos ocupados informais evidenciou uma oscilação positiva (variação de 1,3%).

Na segunda seção, analisa-se, com base na série do Novo Caged (produzida pela Secretaria Especial de

Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia), a evolução do emprego formal no RS, ao longo de 2020. No cômputo dos 12 meses, foram eliminados 22.056 postos formais, ou 0,9% dos vínculos existentes no final do ano anterior — o quarto pior resultado em variação entre as unidades da Federação (UFs). Já em número de postos, o saldo do mercado formal de trabalho gaúcho só foi menos adverso do que o do Rio de Janeiro. O agregado nacional gerou saldo positivo de 112,3 mil vínculos formais (mais 0,3%).

Tanto na escala do Estado quanto na nacional, o mês com a mais drástica queda foi abril; maio apresentou o segundo pior resultado mensal; e junho, novamente negativo, aproximou-se mais da estabilidade. De julho a novembro, os estoques de emprego recompueram-se gradativamente. Dezembro foi de alguma retração, obedecendo a um padrão histórico de sazonalidade.

Chama a atenção o fato de que, no agregado do Brasil, os contratos intermitentes foram responsáveis por pouco mais da metade do saldo positivo no mercado formal, no ano passado. Essa evidência alerta para uma deterioração da qualidade dos postos adicionados e dos remanescentes.

O setor serviços exerceu a mais significativa pressão negativa nos níveis de emprego. Nacionalmente, foi o único, na abertura em cinco grandes setores, a terminar 2020 com variação negativa (-0,8%). No RS, eliminou 22,9 mil vínculos, volume superior ao saldo geral do mercado formal de trabalho, já que outros setores, especialmente a indústria e a construção, lograram compensar parcialmente as perdas. No Estado, o comércio também se retraiu (-0,74%) no ano passado.

Desagregando-se os resultados dos serviços segundo as seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), que dizem respeito aos estabelecimentos empregadores, constata-se que mais de três quartos (76,4%) do saldo negativo do ano concentraram-se na seção alojamento e alimentação, que, no entanto, respondia por menos de 10% do estoque setorial ao final de 2020. Desconsiderando-se, por sua mínima expressão, a seção organismos internacionais (...), a segunda redução percentual mais drástica ocorreu em artes, culturas, esporte e recreação; a segunda posição em número de trabalhadores eliminados (7,2 mil) fica com transporte, armazenagem e correio. Somente quatro, das 14 seções dos serviços, atingiram um saldo positivo no cômputo de admissões e desligamentos, ao longo de 2020, no Estado. Destaca-se, em quantidade de vínculos adicionais, a categoria saúde

humana e serviços sociais (6,4 mil postos de trabalho). Essas e outras evidências ressaltam a força com que a crise sanitária influenciou a trajetória do mercado formal de trabalho, em um ano em que o Estado enfrentou também uma severa estiagem.

A análise, complementar, por ocupações — centradas no conteúdo do trabalho do indivíduo —, é coerente: duas famílias de ocupações concentraram mais da metade das perdas referentes aos trabalhadores dos serviços: a de garçons, *barmen*, copeiros e *sommeliers* e a de cozinheiros.

Do saldo negativo geral do mercado de trabalho gaúcho, em 2020, quase 70% pesaram sobre a parcela feminina dos trabalhadores formais, uma desproporção, relativamente à participação das mulheres no emprego formal, historicamente inferior a 50%. No que diz respeito às faixas etárias, apenas os segmentos até 24 anos tiveram variações positivas. Já no quesito escolaridade, a redução do emprego no Estado concentrou-se fortemente (cerca de 72% do saldo negativo) no grupo com ensino fundamental incompleto (quando, em 2019, sua participação, conforme a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), não chegava a 15% do total de vínculos formais).

Analisando-se a variação do emprego nas nove Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul, os resultados distribuíram-se entre o decréscimo de 2,2%, na RF1 (que sedia a Região Metropolitana de Porto Alegre) e uma expansão de 2,3%, na RF9 (nucleada por Passo Fundo e Erechim). Cinco RFs tiveram decréscimo, incluindo-se as duas com maiores volumes de trabalhadores, a RF1 e a RF3 (que abrange a Serra). O segundo pior desempenho percentual (-0,6%), após a RF1, foi o da RF5 (capitaneada por Pelotas e Rio Grande). Os resultados positivos vão desde a virtual estabilidade (0,1%) na RF2 (Vales do Taquari e Rio Pardo), passam pelos 0,8% e 1,3% — da RF4 (Litoral) e RF7 (de Ijuí e Santa Rosa) respectivamente —, até chegar aos 2,3% já referidos da RF9.

Observando-se os resultados mês a mês, as trajetórias das RFs replicam o que se observou para o total do País e para o Estado; os impactos negativos da pandemia parecem ter-se concentrado no momento de sua eclosão, manifestando-se em drástica redução no mês de abril do ano passado; na sequência, as retrações persistem, abrandando-se; e o segundo semestre mostra um movimento — mais tímido ou mais expressivo, dependendo do recorte espacial — de gradual recuperação (excetuada a desaceleração, sazonal, de dezembro).

# 1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO QUARTO TRIMESTRE DE 2020

Esta seção trata, em sua primeira parte, do desempenho do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul no 4.º trim./2020, tendo sido elaborada com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O desempenho de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho no período foi influenciado pela continuidade do processo de parcial recuperação da atividade econômica no âmbito tanto do País quanto do RS: o Produto Interno Bruto brasileiro no 4.º trim./2020, frente ao trimestre imediatamente anterior, evidenciou uma taxa de variação positiva de 3,2%, e o do Estado, de 2,7% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021; RIO GRANDE DO SUL, 2021). Com base nessa recuperação econômica, indicadores como o nível de ocupação (NO)<sup>1</sup> e a taxa de desocupação (TD) tiveram um comportamento favorável no 4.º trim./2020, frente ao trimestre imediatamente anterior.

A segunda parte desta seção tem como tema a evolução dos ocupados, por posição e categorias do emprego, durante a pandemia de Covid-19, em 2020, no RS. Tal segmentação permitirá conhecer o comportamento das diferentes modalidades de inserção na estrutura ocupacional do Estado, ao longo de 2020, e com que intensidade estas foram afetadas por um contexto econômico adverso, principalmente no primeiro semestre daquele ano. Particular atenção será dada às modalidades de inserção mais vulneráveis no mercado de trabalho, destacando-se, neste caso, os trabalhadores informais, uma vez que se reconhece que estas foram mais negativamente impactadas pelo contexto relacionado com a pandemia de Covid-19 em 2020 (ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN, 2021; ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO, 2020).

## 1.1 DESEMPENHO DE INDICADORES BÁSICOS DO MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO QUARTO TRIMESTRE DE 2020

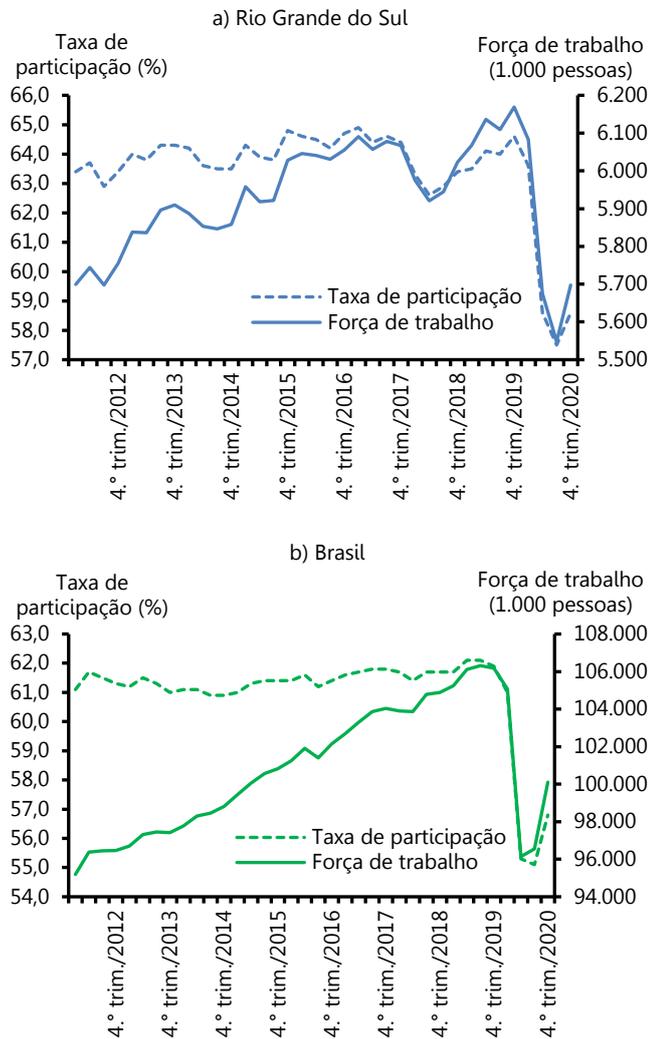
A conjuntura de parcial recuperação da atividade econômica verificada no País e no Estado, desde o terceiro trimestre de 2020, incidiu favoravelmente sobre alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho no quarto trimestre desse mesmo ano.

Iniciando-se a apresentação desses indicadores pela ótica da oferta de trabalho, a taxa de participação na força de trabalho (TPFT)<sup>2</sup>, no RS, registrou uma recuperação parcial no 4.º trim./2020, quando se situou em 58,6%, 1,1 ponto percentual acima do nível verificado no trimestre imediatamente anterior (**Gráfico 1.a**). Isso correspondeu a um retorno de 150 mil pessoas à força de trabalho (FT) estadual, o maior incremento entre trimestres consecutivos da série da PNAD Contínua iniciada em 2012. Todavia, ao se cotejar a TPFT do 4.º trim./2020 com a do mesmo trimestre de 2019, constata-se uma queda acentuada desse indicador (-6,0 pontos percentuais), apreendendo a grande contração na oferta de trabalho ocorrida no RS, durante a pandemia de Covid-19. No plano nacional, a TPFT teve uma recuperação ainda maior do que a do RS, na comparação do 4.º trim./2020 com o 3.º trim./2019 (1,7 ponto percentual), com um retorno de cerca de 3,5 milhões de pessoas à FT do País (**Gráfico 1.b**). Ao se cotejar o 4.º trim./2020 com o mesmo trimestre do ano anterior, a TPFT, no âmbito do País, registrou uma retração de 5,1 pontos percentuais, portanto, menos intensa do que a verificada no Estado.

<sup>1</sup> O **nível de ocupação** é obtido pela divisão do contingente de ocupados pela população em idade de trabalhar, sendo expresso em termos percentuais.

<sup>2</sup> A **taxa de participação na força de trabalho** é obtida pela divisão da força de trabalho pela população em idade de trabalhar, que corresponde aos indivíduos de 14 anos ou mais de idade, e é expressa em termos percentuais.

**Gráfico 1 - Taxa de participação na força de trabalho e força de trabalho no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-4.º trim./2020**

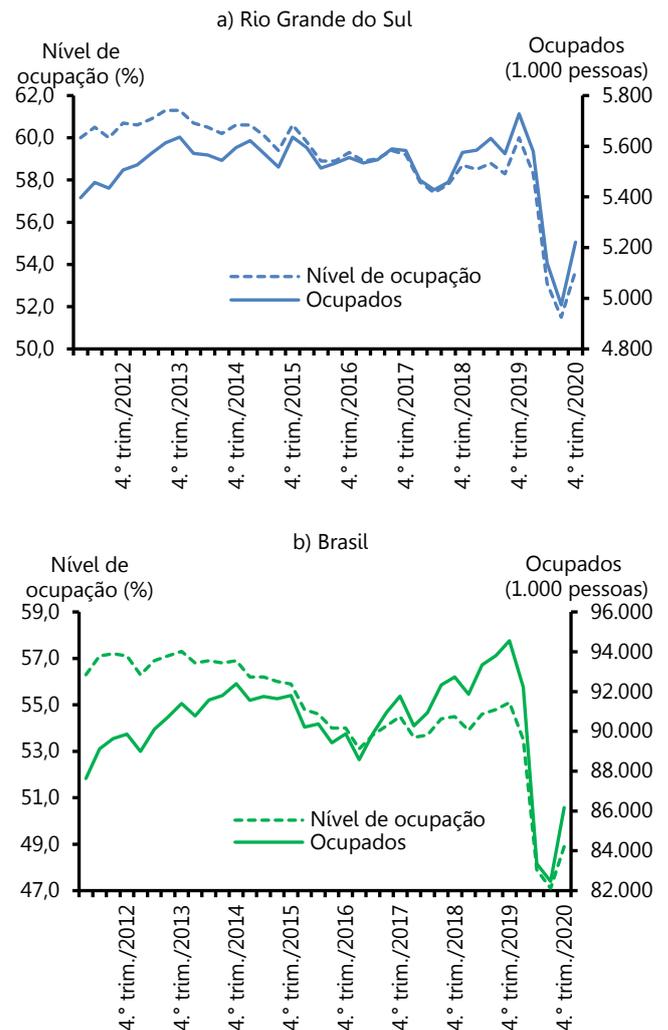


Fonte: PNAD Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021b).

O nível de ocupação também evidenciou parcial recuperação no RS, no 4.º trim./2020, em relação ao trimestre imediatamente anterior, passando para 53,7%, com um aumento de 2,2 pontos percentuais, o que correspondeu a um acréscimo de 248 mil ocupados (**Gráfico 2.a**). Essas foram as maiores variações positivas entre trimestres consecutivos para ambos os indicadores da série da PNAD Contínua no Estado. Quando se compara o 4.º trim./2020 com o 4.º trim./2019, o desempenho do NO manteve-se ainda bastante desfavorável no RS, com uma retração de 6,3 pontos percentuais, ou 506 mil ocupados a menos. No País, também se identifica uma recuperação do NO, tendo este tido um acréscimo de 1,8 ponto percentual no 4.º trim./2020, frente ao trimestre imediatamente anterior — portanto, uma variação positiva de menor intensidade do

que a registrada no RS (**Gráfico 2.b**). Nessa base comparativa, houve um acréscimo de cerca de 3,7 milhões de ocupados no País. No que diz respeito à comparação do 4.º trim./2020 com o 4.º trim./2019, constata-se uma retração do NO de 6,2 pontos percentuais no País — ou seja, próxima à verificada no RS —, com a perda expressiva de cerca de 8,4 milhões de ocupados.

**Gráfico 2 - Nível de ocupação e contingente de ocupados no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-4.º trim./2020**

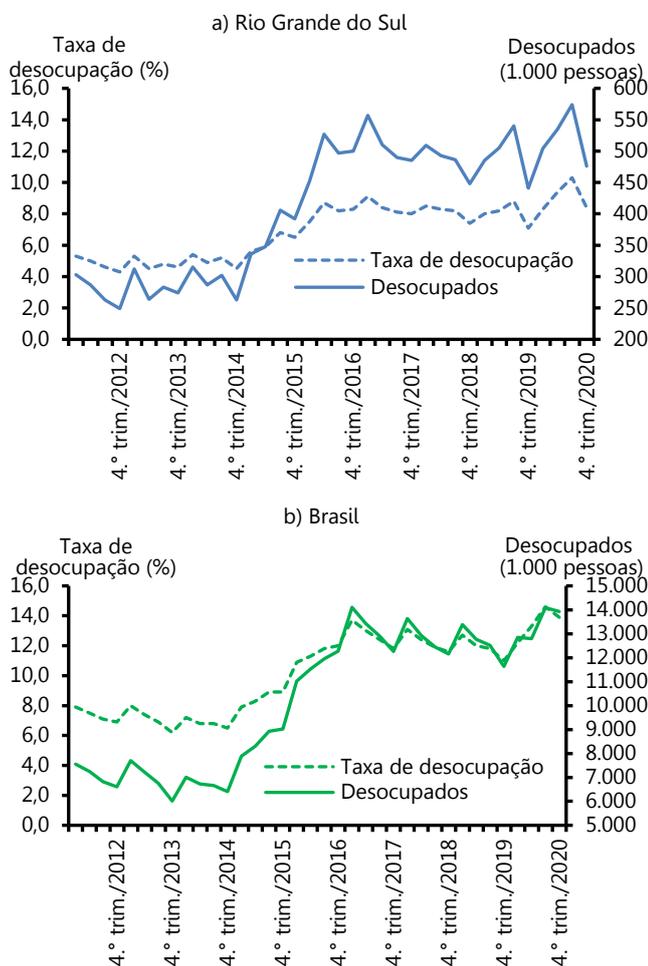


Fonte: PNAD Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021b).

Quanto à taxa de desocupação no RS, esta evidenciou uma retração substancial no 4.º trim./2020, em relação ao trimestre imediatamente anterior (-1,9 ponto percentual) — a maior entre trimestres consecutivos da série da PNAD Contínua —, passando para 8,4%, o que correspondeu à queda de 98 mil pessoas no contingente de desocupados (**Gráfico 3.a**). Assinale-se que esta redução da TD se deveu, exclusivamente, à recuperação do NO, uma vez que a TPFT aumentou com o

retorno das pessoas à FT. Ao se cotejar o 4.º trim./2020 com o 4.º trim./2019, a TD mantinha-se em patamar mais elevado (1,3 ponto percentual) no Estado, com um incremento de 35 mil pessoas entre os desocupados. Com menor intensidade, no País, a TD também evidenciou retração na comparação do 4.º trim./2020 em relação ao trimestre anterior (-0,7 ponto percentual) — **Gráfico 3.b**. Na comparação do 4.º trim./2020 frente ao 4.º trim./2019, esse indicador, no âmbito do País, registrou acréscimo muito superior ao verificado no RS (2,9 pontos percentuais), tendo havido o aumento de cerca de 2,3 milhões de pessoas no contingente de desocupados.

**Gráfico 3 - Taxa de desocupação e contingente de desocupados no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-4.º trim./2020**

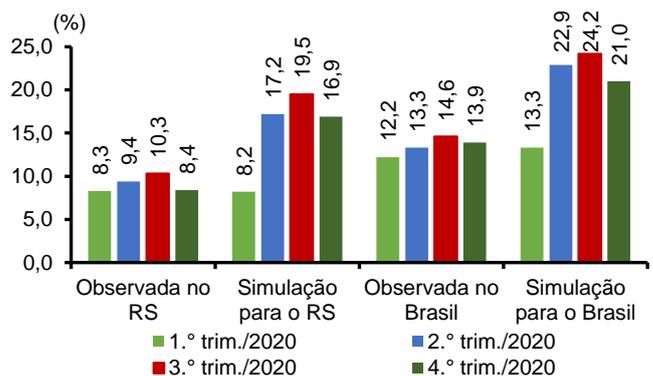


Fonte: PNAD Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021b).

<sup>3</sup> Como será visto na subseção 1.2, a taxa de informalidade no RS passou de 30,9% no 3.º trim./2020 para 31,4% no 4.º trim./2020, o que quer dizer que o ritmo de recuperação desse segmento ocupacional foi superior à média do mercado de trabalho. Como o rendimento médio real dos ocupados informais é inferior ao dos formais, esse processo deve ter contribuído para o aludido efeito

Como foi destacado no número anterior deste boletim, a evolução da TD, no RS e no País, durante a pandemia de Covid-19, em 2020, foi sobremaneira afetada pelo comportamento da TPFT, uma vez que a saída das pessoas da FT arrefeceu o aumento da desocupação (BOLETIM..., 2020a). Nesse sentido, retoma-se o exercício simples feito no número anterior deste boletim, no qual a TD foi simulada para os quatro trimestres de 2020, utilizando-se, para tanto, a TPFT dos quatro trimestres de 2019 (**Gráfico 4**). Conforme pode-se constatar, com os níveis da TPFT de 2019, a TD estaria em patamares muito mais elevados em 2020: no RS, situar-se-ia em 16,9% no 4.º trim./2020, e, no País, em 21,0%. Isso teria como implicação que o contingente de desocupados no Estado passaria, no 4.º trim./2020, de 476 mil para 963 mil pessoas, e, no País, de 13,9 milhões para cerca de 21,0 milhões de pessoas.

**Gráfico 4 - Taxa de desocupação observada e sua simulação no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-4.º trim./2020**



Fonte: PNAD Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021a).

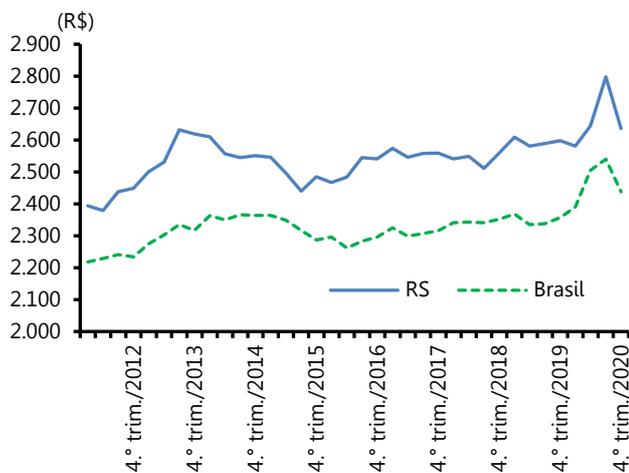
Nota: Simulação da taxa de desocupação feita com a adoção da taxa de participação na força de trabalho dos quatro trimestres de 2019.

Após ter registrado melhora no segundo e no terceiro trimestres de 2020, o rendimento médio real habitual dos ocupados no RS teve uma redução acentuada no 4.º trim./2020 (-5,8%), a maior da série temporal da PNAD Contínua entre trimestres consecutivos (**Gráfico 5**). Uma conjectura para tentar, em parte, explicá-la é a de que a recuperação do NO se tenha dado em segmentos ocupacionais com menores rendimentos, o que teria gerado o efeito estatístico de queda do rendimento médio real habitual<sup>3</sup>. Na comparação do 4.º trim./2020 com o mesmo trimestre do ano anterior,

estatístico sobre o rendimento médio real agregado. Sobre o efeito de mudanças na composição da ocupação sobre os rendimentos, durante 2020, no plano internacional, ver as evidências apresentadas em International Labour Organization (2020, Chapter 3).

esse indicador ficou estável no RS. No plano nacional, o rendimento médio real habitual teve uma queda substantiva no 4.º trim./2020, frente ao trimestre anterior (-4,0%), a qual também foi a maior entre trimestres consecutivos da série temporal da PNAD Contínua<sup>4</sup>, interrompendo o processo de melhora que se vinha observando desde o final de 2019. No que diz respeito à comparação do 4.º trim./2020 com o 4.º trim./2019, esse indicador manteve-se em um patamar mais elevado, com variação positiva de 3,4%.

**Gráfico 5 - Rendimento médio real habitual dos ocupados no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-4.º trim./2020**

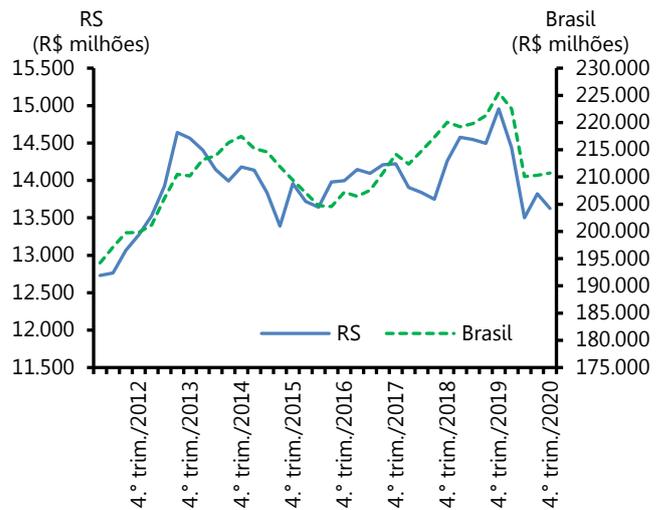


Fonte: PNAD Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021b).

Nota: 1. Rendimento médio real habitual do trabalho principal.  
2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 4.º trim./2020.

A massa de rendimento real habitual evidenciou estabilidade no RS e no País, na comparação do 4.º trim./2020 com o 3.º trim./2020 (**Gráfico 6**). Esse comportamento foi uma expressão da combinação de recuperação do contingente de ocupados e de queda do rendimento médio real habitual. Já na comparação do 4.º trim./2020 com o 4.º trim./2019, houve uma redução acentuada da massa de rendimento real habitual: -8,9% no RS e -6,5% no País, sendo esta determinada, exclusivamente, pela retração do NO em ambos os casos. Destaque-se, ainda, que, nesta última referência comparativa, foi a maior redução do indicador sob análise, tanto no Estado quanto no País, da série temporal da PNAD Contínua<sup>5</sup>.

**Gráfico 6 - Massa de rendimento real dos ocupados no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-4.º trim./2020**



Fonte: PNAD Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021b).

Nota: Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

## 1.2 OCUPADOS, POR POSIÇÃO E CATEGORIAS DO EMPREGO, NO RIO GRANDE DO SUL, DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Esta subseção trata dos ocupados, por posição e categorias do emprego, no RS, durante a pandemia de Covid-19, em 2020. A segmentação dos ocupados permitirá conhecer a evolução das diferentes modalidades de inserção no mercado de trabalho do Estado, em uma conjuntura econômica adversa, sendo objeto de especial atenção aquelas que são reconhecidamente mais vulneráveis, com o que a ênfase recairá sobre os trabalhadores informais.

Ao se examinar a estrutura ocupacional do RS no transcorrer de 2020, a tendência predominante foi a de redução dos contingentes de ocupados até o 3.º trim./2020, com as exceções dos empregados com carteira no setor público e dos trabalhadores familiares (**Tabela 1**). Em termos absolutos, na comparação do terceiro com o primeiro trimestre de 2020, as maiores retrações ocorreram entre os empregados com carteira no setor privado (-212 mil), os sem carteira no setor privado (-146 mil) e entre os trabalhadores por conta própria sem Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) (-114 mil). Nessa referência comparativa, essas três modalidades de inserção representaram, conjun-

<sup>4</sup> Está-se fazendo referência à série temporal de trimestres civis da PNAD Contínua.

<sup>5</sup> No País, a referência é a série temporal de trimestres civis da PNAD Contínua.

tamente, 78,0% da redução do contingente total de ocupados do Estado.

No 4.º trim./2020, verificou-se uma recuperação parcial da ocupação nas diversas modalidades de inserção no mercado de trabalho estadual, excetuando-se os empregados sem carteira no setor público e os empregadores sem CNPJ (**Tabela 1**). Os segmentos ocupacionais que mais se recuperaram nessa referência comparativa, em termos absolutos, foram os de empregados no setor privado com carteira (mais 65 mil), trabalhadores por conta própria sem CNPJ (mais 51 mil) e o de empregadores com CNPJ (mais 29 mil). Desses três segmentos, o único que havia conseguido recuperar plenamente as perdas em seu contingente de ocupados, em relação ao 1.º trim./2020, foi o de empregadores com CNPJ.

Passa-se a cotejar agora a estrutura ocupacional no Estado em 2020 com a de 2019, dando-se ênfase ao segundo, ao terceiro e ao quarto trimestre, uma vez que foi nesses que os efeitos da conjuntura associada à pandemia de Covid-19 mais se manifestaram sobre o mercado de trabalho. Ao se comparar o segundo, o terceiro e o quarto trimestres de 2020 com os de 2019, identifica-se uma retração generalizada dos ocupados nas diferentes modalidades de inserção na estrutura ocupacional, com a exceção dos trabalhadores por conta própria com CNPJ (em todos os trimestres), dos militares e servidores públicos estatutários (no segundo trimestre) e dos empregados com carteira no setor público (no quarto trimestre) — **Tabela 1**. As reduções de maior intensidade<sup>6</sup> foram as verificadas entre os segmentos mais vulneráveis: empregados sem carteira no setor privado; trabalhadores domésticos sem carteira; trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e empregadores sem CNPJ. Entre os empregados sem carteira no setor privado e os empregadores sem registro no CNPJ, as retrações mais acentuadas dos seus contingentes ocorreram no 4.º trim./2020, frente ao mesmo trimestre do ano anterior: -28,3% e -46,5% respectivamente. Entre os trabalhadores domésticos sem carteira, no 2.º trim./2020, em relação ao mesmo trimestre de 2019 (-25,1%); e, entre os trabalhadores por conta própria sem CNPJ, no 3.º trim./2020, frente ao 3.º trim./2019 (-17,9%).

**Tabela 1 - Ocupados, por posição na ocupação e categorias do emprego no Rio Grande do Sul — 1.º trim./2019-4.º trim./2020**

a) 2019				
(1.000 pessoas)				
DISCRIMINAÇÃO	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM
<b>Total</b> .....	5.584	5.631	5.570	5.728
Empregado .....	3.667	3.712	3.693	3.802
Com carteira setor privado ...	2.227	2.253	2.206	2.254
Sem carteira setor privado ...	450	452	489	540
Doméstico com carteira .....	103	104	96	104
Doméstico sem carteira .....	231	227	223	230
Com carteira setor público ...	91	105	99	98
Sem carteira setor público ...	80	105	113	112
Militar e servidor estatutário	485	466	467	464
Empregador .....	303	295	302	318
Empregador com CNPJ .....	261	254	261	275
Empregador sem CNPJ .....	42	41	41	43
Conta própria .....	1.425	1.434	1.415	1.445
Conta própria com CNPJ .....	430	444	436	475
Conta própria sem CNPJ .....	995	990	979	970
Trabalhador familiar auxiliar .....	189	190	159	164

b) 2020				
(1.000 pessoas)				
DISCRIMINAÇÃO	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM
<b>Total</b> .....	5.579	5.140	4.974	5.222
Empregado .....	3.689	3.334	3.212	3.342
Com carteira setor privado ...	2.157	2.004	1.945	2.010
Sem carteira setor privado ...	508	374	362	387
Doméstico com carteira .....	108	96	84	92
Doméstico sem carteira .....	223	170	175	190
Com carteira setor público ...	82	94	97	103
Sem carteira setor público ...	125	99	106	101
Militar e servidor estatutário	486	497	443	459
Empregador .....	295	268	276	296
Empregador com CNPJ .....	254	230	244	273
Empregador sem CNPJ .....	41	38	32	23
Conta própria .....	1.443	1.371	1.321	1.398
Conta própria com CNPJ .....	525	541	517	543
Conta própria sem CNPJ .....	918	830	804	855
Trabalhador familiar auxiliar .....	153	168	165	186

c) Taxa de variação				
(%)				
DISCRIMINAÇÃO	1º TRIM/20 1º TRIM/19	2º TRIM/20 2º TRIM/19	3º TRIM/20 3º TRIM/19	4º TRIM/20 4º TRIM/19
<b>Total</b> .....	-0,1	-8,7	-10,7	-8,8
Empregado .....	0,6	-10,2	-13,0	-12,1
Com carteira setor privado ...	-3,1	-11,1	-11,8	-10,8
Sem carteira setor privado ...	12,9	-17,3	-26,0	-28,3
Doméstico com carteira .....	4,9	-7,7	-12,5	-11,5
Doméstico sem carteira .....	-3,5	-25,1	-21,5	-17,4
Com carteira setor público ...	-9,9	-10,5	-2,0	5,1
Sem carteira setor público ...	56,3	-5,7	-6,2	-9,8
Militar e servidor estatutário	0,2	6,7	-5,1	-1,1
Empregador .....	-2,6	-9,2	-8,6	-6,9
Empregador com CNPJ .....	-2,7	-9,4	-6,5	-0,7
Empregador sem CNPJ .....	-2,4	-7,3	-22,0	-46,5
Conta própria .....	1,3	-4,4	-6,6	-3,3
Conta própria com CNPJ .....	22,1	21,8	18,6	14,3
Conta própria sem CNPJ .....	-7,7	-16,2	-17,9	-11,9
Trabalhador familiar auxiliar .....	-19,0	-11,6	3,8	13,4

Fonte: PNAD Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021a, 2021b)

<sup>6</sup> A intensidade das variações está sendo agora medida em termos percentuais.

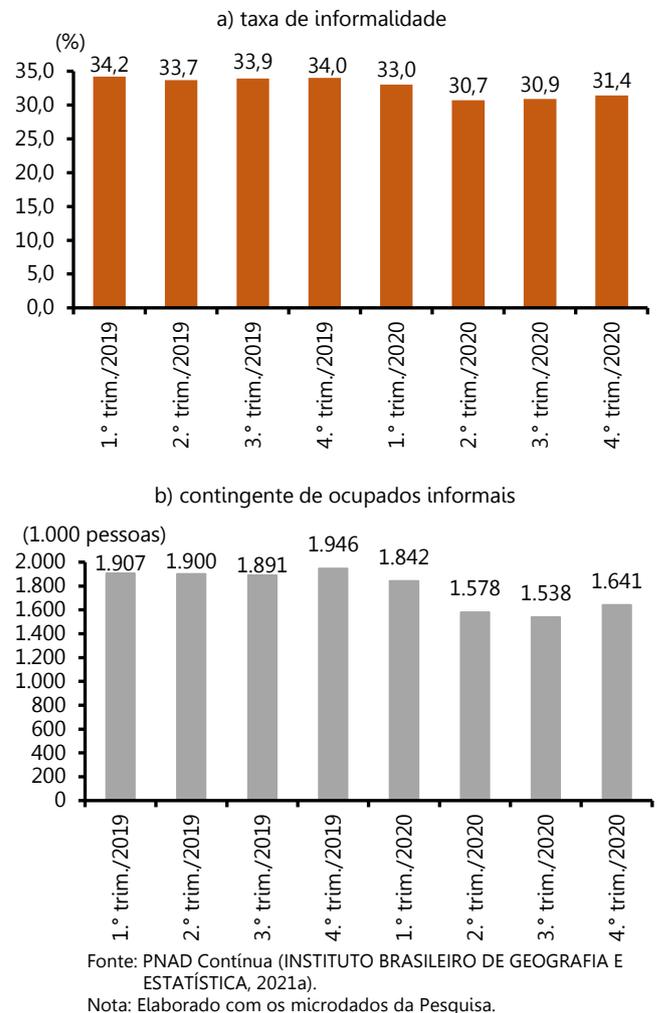
O segmento que se destacou no RS, por ter tido um desempenho de seu nível ocupacional díspar em relação a todos os demais, foi o de trabalhadores por conta própria com CNPJ (**Tabela 1**). Conforme se pode constatar, ao se cotejar os trimestres de 2020 com os de 2019, esse segmento registrou, sistematicamente, taxas de variação positivas em seu contingente de ocupados — ainda que em ritmo decrescente —, que passou de 22,1% no primeiro trimestre para 14,3% no quarto trimestre. Neste último trimestre de 2020, em relação ao mesmo trimestre de 2019, o contingente de trabalhadores por conta própria com CNPJ no Estado teve um acréscimo de 68 mil ocupados.

Esse comportamento do nível ocupacional dos trabalhadores por conta própria com CNPJ no RS já havia sido identificado em número anterior deste boletim (BOLETIM..., 2020)<sup>7</sup>. A interpretação proposta para esse fenômeno foi a de que, em um contexto econômico adverso de recessão e posterior parcial recuperação econômica, parte dos trabalhadores com carteira no setor privado que perderam os seus empregos buscou, como alternativa de sobrevivência, se tornar trabalhador por conta própria com CNPJ. A esse respeito, assinala-se que, na comparação do 4.º trim./2020 com o 4.º trim./2019, o emprego com carteira no setor privado teve uma redução de 244 mil pessoas no Estado.

Como foi visto há pouco, as maiores perdas que ocorreram em 2020 foram verificadas nas modalidades mais vulneráveis de inserção na estrutura ocupacional do RS. Essa constatação é corroborada quando se observa a evolução da taxa de informalidade (TI) durante o ano de 2020 (**Gráfico 7.a**)<sup>8</sup>. Esse indicador retraiu-se até o 2.º trim./2020, quando atingiu 30,7%, ficou estável no 3.º trim./2020 e se recuperou parcialmente no 4.º trim./2020, quando se situou em 31,4%. Ao se cotejar o 4.º trim./2020 com o 4.º trim./2019, a TI havia tido uma retração de 2,6 pontos percentuais, confirmando a compreensão de que os trabalhadores informais foram atingidos mais negativamente pela conjuntura econômica de 2020<sup>9</sup>. Nessa referência comparativa, ocorreu uma retração de 305 mil ocupados informais,

o que correspondeu a 60,3% da queda do contingente total de ocupados no Estado (**Gráfico 7.b**).

**Gráfico 7 - Taxa de informalidade e contingente de ocupados informais no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2019-4.º trim./2020**



Na subseção 1.1 deste boletim, foi mostrado que o rendimento médio real habitual dos ocupados no RS teve um desempenho positivo até o 3.º trim./2020 e uma queda acentuada no 4.º trim./2020. Quando se desagregam os rendimentos por modalidades de inserção no mercado de trabalho, constata-se a tendência de melhora do rendimento médio real habitual nos diferentes segmentos ocupacionais até o 3.º trim./2020,

<sup>7</sup> Naquele número do **Boletim de Trabalho do RS**, com dados da PNAD Contínua disponíveis até o 2.º trim./2020.

<sup>8</sup> Em concordância com a proposta do IBGE, são considerados informais os empregados sem carteira no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira; os empregadores sem CNPJ; os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares. A **taxa de informalidade** é obtida pela soma dessas categorias, a qual é dividida pelo contingente total de ocupados.

<sup>9</sup> Esse fenômeno relativo aos trabalhadores informais está em linha com o identificado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em 2020 (ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN, 2021, Chapter II; ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO, 2020).

sendo exceções os de trabalhadores domésticos com carteira, de empregados com carteira no setor público e de trabalhadores por conta própria com CNPJ (**Tabela 2**). Já na comparação do 4.º trim./2020 com o trimestre imediatamente anterior, o sentido da mudança foi o da ocorrência de perdas de rendimentos nas diversas modalidades de inserção na estrutura ocupacional, registrando-se também três exceções (empregados sem carteira no setor privado, trabalhadores domésticos com carteira e trabalhadores por conta própria com CNPJ).

Quando se cotejam os rendimentos em 2020, em relação a 2019, na estrutura ocupacional do Estado, constata-se um processo de melhora a partir do segundo trimestre, tendo esta sido mais intensa no terceiro trimestre de 2020 frente ao mesmo trimestre 2019 (**Tabela 2**). Na comparação do 4.º trim./2020 com o 4.º trim./2019, quatro segmentos ocupacionais evidenciavam um nível de rendimento médio real habitual mais elevado: empregados sem carteira no setor privado (mais 25,7%), empregados com carteira no setor privado (mais 2,3%), empregados sem carteira no setor público (mais 16,9%) e militares e servidores estatutários (mais 1,9%). Em sentido antagônico, sete segmentos ocupacionais tinham, nessa mesma referência comparativa, menores níveis de rendimento médio real habitual, destacando-se, pela intensidade da queda, o de empregadores sem CNPJ (-26,2%)<sup>10</sup>, o de empregadores com CNPJ (-11,3%) e o de empregados com carteira no setor público (-16,9%).

A agregação dos diferentes segmentos ocupacionais em duas categorias — formais e informais — permite ter uma noção geral da evolução dos rendimentos de cada uma delas no RS ao durante 2020 (**Gráfico 8**)<sup>11</sup>. Conforme se pode perceber, para ambas, ocorreu um processo de melhoria do rendimento médio real habitual até o 3.º trim./2020 (**Gráfico 8.a**). Na comparação do terceiro com o primeiro trimestre de 2020, o rendimento médio real habitual dos ocupados formais registrou uma variação positiva de 6,5%, e o dos informais, de 10,2%. As duas categorias tiveram um uma retração deste indicador no 4.º trim./2020, frente ao trimestre imediatamente anterior, sendo esta mais intensa entre os trabalhadores informais (-7,3%) *vis-à-vis* os formais (-5,2%). Ao se cotejar o 4.º trim./2020 com o mesmo trimestre do ano anterior, o rendimento médio

real habitual dos ocupados formais estava estável (variação de -0,2%), enquanto o dos ocupados informais evidenciou uma oscilação positiva (variação de 1,3%). Como decorrência desses comportamentos, o rendimento médio real habitual dos ocupados informais, como proporção ao dos formais, passou de 60,8% no 4.º trim./2019 para 61,7% no 4.º trim./2020 (**Gráfico 8.b**).

Buscando-se fazer uma síntese das evidências contidas nesta subseção, confirmou-se a compreensão de que a ocupação entre os trabalhadores informais do RS foi mais negativamente atingida pelas adversidades da conjuntura econômica 2020, uma vez que, em um contexto de retração do contingente total de ocupados, a TI se situou em níveis sistematicamente inferiores aos do ano anterior. Quanto aos rendimentos, é bastante difícil de identificar um padrão de comportamento entre as diferentes modalidades de inserção na estrutura ocupacional. Todavia, as evidências contidas nesta subseção indicam que, na comparação do quarto trimestre de 2020 com o quarto trimestre de 2019, destacam-se a redução dos rendimentos entre os empregadores (tanto formais quanto informais) e entre os empregados com carteira no setor público e, em sentido antagônico, o aumento entre os empregados sem carteira nos setores privado e público.

<sup>10</sup> A interpretação do comportamento dos rendimentos dos empregadores sem CNPJ requer cautela, uma vez que se trata de um contingente relativamente pequeno de ocupados, o que limita a precisão de suas estimativas.

<sup>11</sup> Os segmentos que compõem a ocupação informal estão identificados na nota de rodapé 3. Está-se assumindo como compondo a ocupação formal todos os outros segmentos que se encontram na **Tabela 1**.

**Tabela 2 - Rendimento médio real habitual dos ocupados, por posição na ocupação e categorias do emprego no Rio Grande do Sul — 1.º trim./2019-4.º trim./2020**

a) 2019

	(R\$)			
DISCRIMINAÇÃO	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM
<b>Total</b> .....	2.609	2.581	2.589	2.598
<b>Empregado</b> .....	2.463	2.477	2.451	2.437
Com carteira setor privado ...	2.282	2.300	2.300	2.282
Sem carteira setor privado ...	1.702	1.712	1.650	1.670
Doméstico com carteira .....	1.325	1.349	1.333	1.326
Doméstico sem carteira .....	932	929	906	951
Com carteira setor público ...	4.196	3.637	4.291	4.762
Sem carteira setor público ....	2.096	2.616	2.136	2.077
Militar e servidor estatutário	4.690	4.782	4.643	4.652
<b>Empregador</b> .....	5.816	5.865	5.787	6.161
Empregador com CNPJ .....	5.881	5.626	5.500	6.218
Empregador sem CNPJ .....	5.413	7.326	7.632	5.793
<b>Conta própria</b> .....	2.305	2.176	2.267	2.237
Conta própria com CNPJ .....	3.212	2.907	3.269	2.916
Conta própria sem CNPJ .....	1.912	1.848	1.821	1.904
<b>Trabalhador familiar auxiliar</b> .....	-	-	-	-

b) 2020

	(R\$)			
DISCRIMINAÇÃO	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM
<b>Total</b> .....	2.581	2.644	2.798	2.636
<b>Empregado</b> .....	2.436	2.555	2.712	2.582
Com carteira setor privado ...	2.312	2.359	2.432	2.335
Sem carteira setor privado ....	1.739	1.670	2.037	2.099
Doméstico com carteira .....	1.277	1.282	1.194	1.258
Doméstico sem carteira .....	897	988	972	948
Com carteira setor público ...	4.387	4.104	4.238	3.957
Sem carteira setor público ....	2.310	2.608	2.621	2.429
Militar e servidor estatutário	4.376	4.475	5.162	4.739
<b>Empregador</b> .....	5.984	6.023	6.358	5.419
Empregador com CNPJ .....	6.112	6.188	6.426	5.518
Empregador sem CNPJ .....	5.197	5.011	5.836	4.276
<b>Conta própria</b> .....	2.255	2.201	2.264	2.174
Conta própria com CNPJ .....	2.907	2.731	2.663	2.713
Conta própria sem CNPJ .....	1.881	1.855	2.007	1.833
<b>Trabalhador familiar auxiliar</b> .....	-	-	-	-

c) Taxa de variação

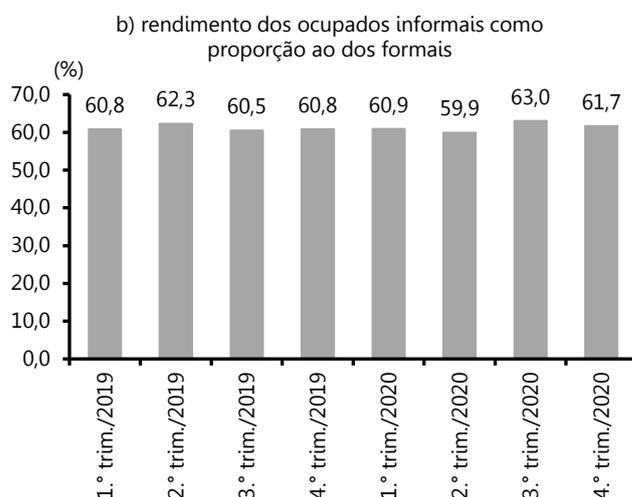
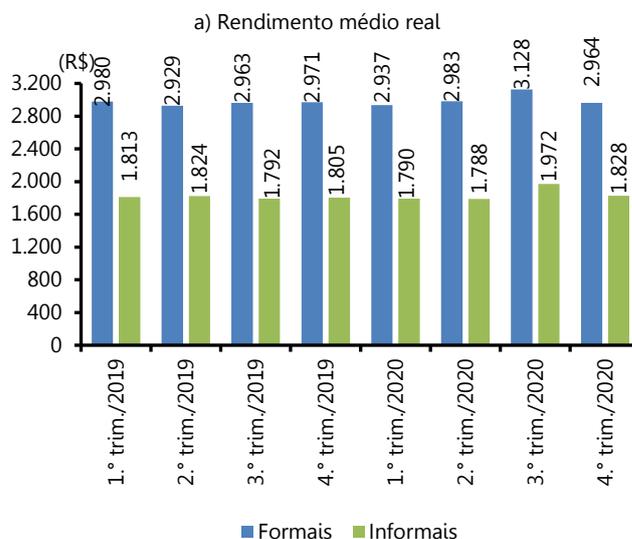
	(%)			
DISCRIMINAÇÃO	1º TRIM/20 1º TRIM/19	2º TRIM/20 2º TRIM/19	3º TRIM/20 3º TRIM/19	4º TRIM/20 4º TRIM/19
<b>Total</b> .....	-1,1	2,4	8,1	1,5
<b>Empregado</b> .....	-1,1	3,1	10,6	5,9
Com carteira setor privado ...	1,3	2,6	5,7	2,3
Sem carteira setor privado ....	2,2	-2,5	23,5	25,7
Doméstico com carteira .....	-3,6	-5,0	-10,4	-5,1
Doméstico sem carteira .....	-3,8	6,4	7,3	-0,3
Com carteira setor público ...	4,6	12,8	-1,2	-16,9
Sem carteira setor público ....	10,2	-0,3	22,7	16,9
Militar e servidor estatutário	-6,7	-6,4	11,2	1,9
<b>Empregador</b> .....	2,9	2,7	9,9	-12,0
Empregador com CNPJ .....	3,9	10,0	16,8	-11,3
Empregador sem CNPJ .....	-4,0	-31,6	-23,5	-26,2
<b>Conta própria</b> .....	-2,2	1,1	-0,1	-2,8
Conta própria com CNPJ .....	-9,5	-6,1	-18,5	-7,0
Conta própria sem CNPJ .....	-1,6	0,4	10,2	-3,7
<b>Trabalhador familiar auxiliar</b> .....	-	-	-	-

Fonte: PNAD Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021a, 2021b)

Nota: 1. Rendimento médio real do trabalho principal.

2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 4.º trim./2020.

**Gráfico 8 - Rendimento médio real habitual dos ocupados formais e informais no Rio Grande do Sul — 1.º trim./2019-4.º trim./2020**



Fonte: PNAD Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021a).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da Pesquisa.

2. Rendimento habitual do trabalho principal.

3. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 4.º trim./2020.

## 2 O MERCADO FORMAL DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL EM 2020

A primeira seção deste Boletim analisou a situação geral do mercado de trabalho gaúcho em seu conjunto, no ano de 2020, o que envolveu a mensuração da parcela de indivíduos em idade ativa que se engajou nesse mercado e incluiu a quantificação e a caracterização de atributos selecionados dos trabalhadores em situações diversas, tanto para o segmento em condição de desocupação quanto para os ocupados, nas diferentes modalidades de engajamento na atividade econômica.

Nesta seção, a análise restringe-se a uma órbita bastante delimitada desse mercado de trabalho: indivíduos economicamente ativos, que se encontram ocupados, em vínculos assalariados e com registro formal. Como fonte — diferentemente da primeira seção, que se apoiou na PNAD, uma pesquisa domiciliar respondida pelos trabalhadores —, utilizam-se, aqui, registros administrativos apresentados pelos estabelecimentos empregadores às instâncias governamentais, por força de legislação. O Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) é a base de dados a que recorre a presente seção. Ela é produzida pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, que assumiu a atribuição, por muitas décadas pertencente ao hoje extinto Ministério do Trabalho, de produzir e dar amplo acesso social às séries estatísticas que tais registros administrativos permitem compor. Tanto o Caged quanto a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) têm essa origem, e o fato de atingirem uma cobertura muito elevada do universo de vínculos formais de trabalho efetivamente estabelecidos no País lhes confere um caráter praticamente censitário, dotando as informações de grande confiabilidade.

Como parte de uma transição ainda em curso, o Caged original sofreu descontinuidade, sendo o Novo Caged o seu sucedâneo, desde janeiro de 2020. Nesse sentido, o ano passado é o primeiro ciclo completo de 12 meses coberto por essa nova base, cujos resultados não são comparáveis com os de anos anteriores<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> O leque de informações e cruzamentos do Novo Caged, que é disponibilizado *on-line*, ainda não reedita a amplitude de possibilidades com que o usuário contava na plataforma anterior. A

### 2.1 A EVOLUÇÃO DO VOLUME DE EMPREGOS NO ESTADO E NO BRASIL, AO LONGO DO ANO

O ano de 2020 é indissociável da eclosão da pandemia de Covid-19, que gerou turbulências e apreensões em todas as esferas da vida social, com manifestações inequívocas na atividade econômica e na ocupação da força de trabalho. No Rio Grande do Sul, ademais, conjugou-se a isso uma severa estiagem, fenômeno recorrente nesse território, que sempre produz impacto negativo sobre um largo espectro de segmentos produtivos. A retração no emprego gaúcho, ao longo do ano, sob essa perspectiva, era esperada. Foram eliminados 22.056 postos formais, ou 0,9% dos vínculos existentes no Estado no início de 2020 (**Tabela 3**). Esse resultado foi o quarto pior, entre as unidades da Federação (UFs). Dessas, que totalizam 27, oito sofreram redução no número de assalariados formais (em percentuais que foram da virtual estabilidade de -0,1% em São Paulo até o extremo de -3,9% no Rio de Janeiro), enquanto a maioria, 19, fechou 2020 com saldos positivos, no cômputo de trabalhadores admitidos e desligados. Além do Rio de Janeiro, superaram o Rio Grande do Sul, em intensidade das perdas relativas, o Sergipe (-1,6%) e o Distrito Federal (-1,4%).

Em números absolutos, o mercado formal de trabalho gaúcho eliminou a segunda maior quantidade de empregos, superado apenas (e largamente) pelo Rio de Janeiro. A terceira posição é do Distrito Federal.

Os resultados das UFs expressam-se na agregação por grandes regiões, das quais apenas a Região Sudeste terminou 2020 com encolhimento do emprego formal (-0,5%). À Região Nordeste tocou o menor crescimento (0,4%), seguindo-se a Sul (1,1%), em que os desempenhos de Santa Catarina (2,4%) e Paraná (1,9%) compensaram o revés do mercado de trabalho gaúcho. A Região Centro-Oeste logrou expandir-se em 1,5%, e o melhor resultado foi conquistado pela Norte, com 3,4% de variação positiva. Essa região, ao final de 2020, representava menos de 5% do total do emprego formal brasileiro.

O agregado nacional terminou o ano de 2020, segundo o Novo Caged, com um saldo positivo de 112,3 mil vínculos formais de trabalho, uma variação de 0,3%. O resultado brasileiro é decisivamente influenciado

presente análise ainda não se beneficiou dos microdados, o que a torna mais panorâmica.

pela Região Sudeste, que responde por mais da metade do total de vínculos de emprego registrados no País (20,3 milhões de 39,4 milhões, ao final de 2020).

**Tabela 3 - Número de empregos formais, saldo das movimentações e variação nas unidades da Federação e no Brasil — 2020**

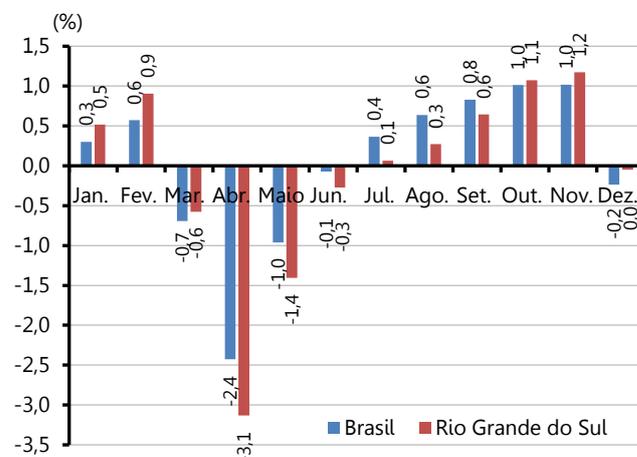
UFs	ESTOQUE		SALDO (admitidos menos desligados)	VARIAÇÃO %
	01.01.2020	31.12.2020		
RJ .....	3.290.036	3.160.580	-129.456	-3,9
SE .....	277.774	273.332	-4.442	-1,6
DF .....	811.535	800.101	-11.434	-1,4
<b>RS .....</b>	<b>2.548.861</b>	<b>2.526.805</b>	<b>-22.056</b>	<b>-0,9</b>
PE .....	1.242.320	1.236.508	-5.812	-0,5
BA .....	1.710.774	1.703.775	-6.999	-0,4
PI .....	297.350	296.535	-815	-0,3
SP .....	12.248.458	12.239.974	-8.484	-0,1
RN .....	430.897	432.241	1.344	0,3
AP .....	66.041	66.492	451	0,7
MG .....	4.119.356	4.148.007	28.651	0,7
ES .....	735.286	741.503	6.217	0,8
RO .....	238.763	241.208	2.445	1,0
PB .....	412.076	416.744	4.668	1,1
AL .....	348.770	353.198	4.428	1,3
CE .....	1.156.463	1.173.105	16.642	1,4
PR .....	2.694.127	2.744.898	50.771	1,9
GO .....	1.221.710	1.247.245	25.535	2,1
AM .....	411.944	421.002	9.058	2,2
SC .....	2.109.139	2.160.452	51.313	2,4
MS .....	518.207	531.652	13.445	2,6
MT .....	718.835	739.586	20.751	2,9
MA .....	481.599	501.031	19.432	4,0
TO .....	177.378	184.828	7.450	4,2
PA .....	738.100	769.610	31.510	4,3
AC .....	79.889	84.355	4.466	5,6
RR .....	53.866	57.770	3.904	7,2
Não identi-				
Ficado .....	111.074	110.431	-643	-0,6
<b>Brasil .....</b>	<b>39.250.628</b>	<b>39.362.968</b>	<b>112.340</b>	<b>0,3</b>

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021).

Mesmo quando se considera que há padrões de sazonalidade distintos, quando se toma o agregado do País ou a economia gaúcha em separado (FIORI; XAVIER SOBRINHO, 2012), é interessante observar que a trajetória da evolução do emprego formal, ao longo de 2020, foi bastante simétrica, nesses dois recortes territoriais, quando se parte das variações percentuais mensais dos estoques de trabalhadores em vínculos registrados. O **Gráfico 9** mostra, em primeiro lugar, que o “sinal”, positivo ou negativo, foi o mesmo para o Brasil e para o Estado, em todos os meses do ano passado.

Sete deles apresentaram algum crescimento; cinco registraram reduções.

**Gráfico 9 - Variação mensal do número de empregos formais no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2020**



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021).

Em ambos os espaços, o mês com a mais drástica queda foi abril; o mês seguinte, maio, apresentou novo saldo negativo, que é o segundo pior resultado mensal, tanto no RS quanto no Brasil. A retração de maio, porém, percentualmente, já foi menos severa. O mês de junho trouxe saldos, mais uma vez, negativos, nos dois recortes territoriais — já mais próximos, entretanto, da estabilidade. A observação desse segundo trimestre de 2020 estimula a especular que a eclosão da pandemia de Covid-19 no território nacional teve um impacto imediato e muito drástico, devido às restrições, naquele momento observadas ou projetadas, à mobilidade e, conseqüentemente, à demanda. A partir dessa primeira e súbita “acomodação”, o nível de emprego foi recompondo-se, gradativamente, ao longo do ano.

Infelizmente, no momento da realização deste boletim, não foram obtidos os dados, para o Rio Grande do Sul, sobre a natureza dos vínculos de emprego com base nos quais essa recomposição gradual se deu. Já vem sendo detectada, nos últimos anos, a progressiva expansão da participação dos contratos por tempo determinado (BOLETIM..., 2020), bem como dos vínculos temporários e dos intermitentes, que não têm asseguradas as remunerações potenciais que se vinculariam a uma jornada plena de trabalho. No plano nacional, entretanto, o Sumário Executivo de que o Ministério da Economia acompanha os dados de fechamento do ano de 2020<sup>13</sup>, na edição relativa a dezembro do ano

<sup>13</sup> Os números totais de 2020, apresentados na edição de dezembro do Novo Caged, foram alterados, quando do lançamento das

informações de janeiro. Isso se deve à incorporação de informações prestadas com atraso pelos empregadores. Nesta seção

passado, traz informações eloquentes (BRASIL, 2021a, p. 14):

No acumulado do ano (janeiro a dezembro/2020), houve 182.767 admissões e 109.603 desligamentos na modalidade de trabalho intermitente, gerando saldo de 73.164 empregos, envolvendo 17.949 estabelecimentos contratantes. Um total de 7.426 empregados celebrou mais de um contrato na condição de trabalhador intermitente. Do ponto de vista das atividades econômicas, o saldo de emprego na modalidade de trabalho intermitente distribuiu-se por Serviços (+38.232 postos), Indústria Geral (+13.265 postos), Construção (+11.920 postos), Comércio (+8.690 postos), e Agropecuária (+1.057 postos).

Quando se considera que a variação total do emprego formal do País, naquele momento, montava a 142,7 mil, percebe-se que — sem se considerar as outras modalidades de emprego formal que representam redução de garantias trabalhistas frente ao contrato padrão da CLT — o trabalho intermitente, sozinho, respondeu por pouco mais de 50% do total de vínculos adicionais de emprego gerados no Brasil, em 2020. Nos serviços, a contratação dos 38,2 mil trabalhadores intermitentes não impediu que o resultado final fosse uma redução de 132,6 mil vínculos; na indústria geral, segundo setor em número de intermitentes adicionados em 2020, esse contingente teve participação de cerca de 14% no saldo de 95,6 mil postos.

No RS, diferentemente do agregado do País, o acumulado de 2020 permaneceu negativo, mesmo após as progressivas expansões observadas entre julho e novembro. O Estado, como se observa no **Gráfico 9**, atingiu resultados menos favoráveis do que o Brasil, ao longo do período que vai de abril a setembro. No primeiro e no quarto trimestres, entretanto, logrou variações um pouco superiores.

## 2.2 Os DESEMPENHOS SETORIAIS E EM OCUPAÇÕES SELECIONADAS

Tomando-se, primeiramente, uma classificação bastante agregada, constata-se que, em 2020, o setor serviços foi o que teve o comportamento mais adverso, do ponto de vista do emprego formal, tanto no Rio Grande do Sul quanto no Brasil.

No Estado, o número de vínculos eliminados, ao longo de 2020, nas atividades abarcadas por esse setor (22,9 mil), foi mais elevado do que o saldo negativo do agregado do mercado de trabalho (22,1 mil). O percentual de retração dos serviços (2,15%) foi bem mais do que o dobro do verificado no emprego total (0,87%). No território gaúcho, também o comércio apresentou considerável retração (de 0,74%), acarretando a eliminação de mais 4,6 mil postos. Os outros três setores lograram variações positivas, sendo a mais elevada a da agropecuária (0,80%).

**Tabela 4 - Saldo das movimentações, estoque em 31 de dezembro e variação do emprego formal, segundo os grandes setores, no Brasil e no RS — 2020**

a) Rio Grande do Sul			
SETORES	SALDO EM 2020	ESTOQUE EM 31 DE DEZEMBRO	VARIAÇÃO %
Agropecuária .....	652	82.564	0,80
Comércio .....	-4.638	618.820	-0,74
Construção .....	870	131.469	0,67
Indústria .....	3.995	650.798	0,62
Serviços .....	-22.935	1.043.154	-2,15
<b>Total</b> .....	<b>-22.056</b>	<b>2.526.805</b>	<b>-0,87</b>
b) Brasil			
SETORES	SALDO EM 2020	ESTOQUE EM 31 DE DEZEMBRO	VARIAÇÃO %
Agropecuária .....	59.570	1.608.557	3,85
Comércio .....	91.551	7.562.203	1,23
Construção .....	108.517	2.273.541	5,01
Indústria .....	4.472	9.398.810	0,05
Serviços .....	-150.899	18.519.857	-0,81
<b>Total</b> .....	<b>112.340</b>	<b>39.362.968</b>	<b>0,29</b>

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021).

No Brasil, na comparação com o RS, o encolhimento dos serviços não tem a mesma intensidade relativa, ficando sua variação em -0,81%. Nesse caso, nenhum outro grande setor teve diminuição do emprego. Os desempenhos positivos, na escala nacional, incluíram crescimentos bastante expressivos do número de vínculos formais de trabalho, tanto no caso da agropecuária (3,85%) quanto, especialmente, da construção (5,01%).

Concentrando-se a atenção no comportamento do mercado de trabalho gaúcho, analisa-se, a seguir, um pouco mais detidamente, a severa retração pela qual o setor serviços passou ao longo de 2020. A associação desse comportamento com os efeitos da emergência sanitária é bastante reforçada quando se detalham as subdivisões do setor. Na **Tabela 5**, os dados

utilizam-se os dados corrigidos conforme a publicação de janeiro, tendo sido refeitas as totalizações do ano passado.

por seção da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), em sua versão 2.0, evidenciam que mais de três quartos (76,4%) do saldo negativo do ano concentraram-se na seção alojamento e alimentação, que, no entanto, respondia por menos de 10% do estoque setorial ao final de 2020. A eliminação de 17,5 mil vínculos significou um encolhimento de 16,5% do contingente nessas atividades, tornando-as o destaque negativo, tanto em números absolutos como em variação relativa. Desconsiderando-se, por sua mínima expressão, a seção organismos internacionais (...), a segunda redução percentual mais drástica ocorreu em artes, culturas, esporte e recreação, cujo estoque diminuiu 10,4%, uma perda de 1,6 mil empregos. A segunda posição em número de trabalhadores eliminados (7,2 mil) fica com transporte, armazenagem e correio.

**Tabela 5 - Trabalhadores admitidos e desligados, saldo, estoque em 31 de dezembro e variação do emprego formal, segundo as seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), no setor serviços do Rio Grande do Sul — 2020**

SEÇÃO DA CNAE 2.0	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	ESTOQUE EM 31.12	VARIAÇÃO %
Alojamento e alimentação .....	39.635	57.159	-17.524	88.736	-16,49
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	3	9	-6	50	-10,71
Artes, cultura, esporte e recreação .....	5.059	6.694	-1.635	14.081	-10,40
Transporte, armazenagem e correio .....	48.466	55.637	-7.171	153.735	-4,46
Educação .....	19.803	24.227	-4.424	97.695	-4,33
Outras atividades de serviços .....	14.410	15.658	-1.248	53.379	-2,28
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados .....	6.700	7.709	-1.009	60.438	-1,64
Serviços domésticos .....	37	38	-1	130	-0,76
Atividades administrativas e serviços complementares .....	106.931	107.944	-1.013	204.526	-0,49
Administração pública, defesa e seguridade social .....	927	1.063	-136	53.108	-0,26
Atividades profissionais, científicas e técnicas .....	25.374	23.411	1.963	65.109	3,11
Saúde humana e serviços sociais	50.484	44.056	6.428	178.202	3,74
Informação e comunicação .....	21.742	19.424	2.318	61.811	3,90
Atividades imobiliárias .....	4.879	4.356	523	12.154	4,50
<b>Total do setor serviços .....</b>	<b>344.450</b>	<b>367.385</b>	<b>-22.935</b>	<b>1.043.154</b>	<b>-2,15</b>

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021).

Somente quatro das 14 seções dos serviços atingiram saldo positivo, no cômputo de admissões e desligamentos, ao longo de 2020, no Estado. Todas obtiveram percentuais superiores a 3%, destacando-se, em

variação, as atividades imobiliárias (4,5%) e, em quantidade de vínculos adicionais, a seção saúde humana e serviços sociais (6,4 mil postos de trabalho).

Parece bastante claro, por essas rápidas indicações, que, no ano de 2020 — em que a insuficiência de dinamismo econômico do País e do Estado, que já se fazia sentir anteriormente, foi agravada pela estiagem no nível regional e fortemente impactada pela pandemia de Covid-19 —, as atividades em que o emprego formal mais drasticamente se retraiu ressentiram-se das restrições à mobilidade e à aglomeração dos consumidores, ao passo que as variações positivas se vinculam à resposta direta aos desafios sanitários ou a demandas de consumo que foram fortemente valorizadas pelos imperativos do confinamento.

Outra perspectiva de análise que complementa e reforça essa percepção apoiada na abertura setorial, pelas seções da CNAE, encontra-se na variação do número de vínculos formais, no Estado, segundo a ocupação dos indivíduos, a partir da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Na **Tabela 6**, constata-se que, das 34 famílias em que se desdobra o subgrupo trabalhadores dos serviços<sup>14</sup>, apenas nove apresentaram variação positiva no número de vínculos formais de emprego. Juntas, geraram um saldo de 1,4 mil contratos adicionais, que se mostram pouco relevantes frente à retração de 19,0 mil postos nas demais famílias. No cômputo geral, o recuo atinge 17,7 mil.

Duas famílias de ocupações concentram mais da metade dessas perdas. A categoria garçons, *barmen*, copeiros e *sommeliers*, isoladamente, é responsável por 33,1% delas, com um saldo negativo de 5,8 mil vínculos. É o resultado mais adverso, com larga distância, tanto em números absolutos quanto em variação percentual. O segundo pior resultado, também sob os dois critérios, é da categoria dos cozinheiros, que se retraiu em 3,3 mil empregos, o que representa 18,7% do saldo negativo dessas ocupações em serviços. A soma dessas duas famílias, claramente circunscrita a um ramo de atividade específico, o de bares e restaurantes, resulta em 9,2 mil vínculos eliminados, 51,9% do resultado negativo das 34 famílias de trabalhadores em serviços e, não menos importante, 41,5% da perda geral de emprego formal registrada no Rio Grande do Sul, em 2020.

<sup>14</sup> Observe-se que, nessa estrutura de classificação e nessa delimitação específica, não se encontra uma correspondência direta com a abordagem setorial ampla dos serviços. Apenas para exemplificar: um contingente de grande relevância quantitativa e qualitativa, os professores, encontra-se arrolado em outro grande grupo, o dos

profissionais das ciências e das artes. Aqui, devido ao interesse analítico que os dados mesmos põem em relevo, optou-se por tomar o subgrupo trabalhadores dos serviços (código 51, na CBO 2.0).

**Tabela 6 - Trabalhadores admitidos e desligados, saldo e participação na formação do saldo do emprego formal, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), no setor serviços do Rio Grande do Sul — 2020**

FAMÍLIA (CBO 2.0)	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	PARTICIPAÇÃO % NO SALDO
Garçons, <i>barmen</i> , copeiros e <i>sommeliers</i> ....	16.152	22.001	-5.849	33,1
Cozinheiros .....	11.112	14.421	-3.309	18,7
Fiscais e cobradores dos transportes públicos	641	2.911	-2.270	12,9
Trabalhadores auxiliares nos serviços de alimentação .....	13.633	15.767	-2.134	12,1
Camareiros, roupeiros e afins .....	2.047	3.056	-1.009	5,7
Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros ....	8.740	9.705	-965	5,5
Vigilantes e guardas de segurança .....	9.392	10.306	-914	5,2
Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios .....	2.724	3.272	-548	3,1
Outros trabalhadores dos serviços .....	2.868	3.306	-438	2,5
Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações .....	50.992	51.304	-312	1,8
Supervisores dos serviços de transporte, turismo, hotelaria e administração e edifícios	284	519	-235	1,3
Churrasqueiros, <i>pizzaiolos</i> e <i>sushimen</i> .....	992	1.156	-164	0,9
Agentes comunitários de saúde, parteiras práticas e afins .....	534	697	-163	0,9
Tintureiros, lavadeiros e afins, à máquina ....	1.787	1.917	-130	0,7
Trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento .....	178	303	-125	0,7
Mordomos e governantas .....	146	269	-123	0,7
Bombeiros e salva-vidas .....	160	280	-120	0,7
Trabalhadores dos serviços diretos aos passageiros .....	31	123	-92	0,5
Supervisores dos serviços de proteção, segurança e outros .....	113	172	-59	0,3
Tintureiros, lavadeiros e afins, à mão .....	78	108	-30	0,2
Supervisores dos serviços de saúde e cuidados pessoais .....	27	54	-27	0,2
Trabalhadores auxiliares dos serviços funerários .....	28	41	-13	0,1
Catadores de sucata .....	512	520	-8	0,0
Policiais, guardas-civis municipais e agentes de trânsito .....	3	11	-8	0,0
Condutores de turismo .....	2	3	-1	0,0
Guias de turismo .....	37	26	11	-0,1
Trabalhadores de serviços veterinários, de higiene e estética de animais domésticos ....	952	919	33	-0,2
Trabalhadores dos serviços domésticos em Geral .....	296	260	36	-0,2
Trabalhadores dos serviços funerários .....	347	292	55	-0,3
Trabalhadores de atenção, defesa e proteção a pessoas em situação de risco .....	977	854	123	-0,7
Motociclistas e ciclistas de entregas rápidas	1.516	1.354	162	-0,9
Cuidadores de crianças, jovens, adultos e idosos .....	2.290	2.003	287	-1,6
Auxiliares de laboratório da saúde .....	1.726	1.392	334	-1,9
Porteiros, guardas e vigias .....	19.050	18.696	354	-2,0
<b>TRABALHADORES DOS SERVIÇOS .....</b>	<b>150.367</b>	<b>168.018</b>	<b>-17.651</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Novo Caged (BRASIL, 2021).

As famílias de ocupações que registraram alguma expansão, em número de vínculos, além de bem menos numerosas, geraram, cada uma, saldos de menor expressão<sup>15</sup>. Ainda assim, expressam a maior ênfase no ambiente doméstico (e, talvez mesmo, em instalações temporariamente fechadas), no caso dos porteiros e vigias, bem como a centralidade das funções relacionadas à saúde e aos cuidados, a par das entregas em domicílio. É importante que se tenha presente que a fonte aqui analisada se restringe ao emprego com registro, que não expressa com fidelidade o comportamento total de ocupações bastante díspares entre si quanto ao grau de formalização — basta que se tome a situação dos motociclistas e ciclistas das entregas rápidas como um exemplo cuja realidade, do ponto de vista trabalhista, desfrutou de grande visibilidade social.

### 2.3. ALGUMAS EVIDÊNCIAS SOBRE A VARIAÇÃO DO EMPREGO, SEGUNDO ATRIBUTOS DOS TRABALHADORES

Nesta breve subseção, limitada pela amplitude das divulgações disponibilizadas nas plataformas do Novo Caged, delinea-se a forma diferenciada como o emprego formal se comportou para diferentes segmentos da população trabalhadora, conforme critérios sociodemográficos<sup>16</sup>.

Do saldo negativo das movimentações (a subtração dos desligamentos às contratações), quase 70% concentraram-se na parcela feminina dos trabalhadores formais, uma desproporção, relativamente à sua participação no emprego formal (apenas a título de referência, tratando-se de bases não plenamente comparáveis: a RAIS informa para o final de 2019, último ano disponível daquela fonte, uma participação de 46,2% de mulheres no total de vínculos com registro). Diferentes ordens de fatores influenciam esse resultado desigual, destacando-se, primeiramente, que o setor serviços, que puxou a retração do emprego gaúcho, tem uma participação muito superior na distribuição do emprego formal feminino do que na do masculino. Ademais, muitas mulheres se retiraram da força de trabalho, premidas pela necessidade de assegurar o cuidado a filhos que ficaram sem creches ou escolas ou a outros parentes. Essa distribuição desigual, entre os gêneros, das responsabilidades com o bem-estar da

<sup>15</sup> A plataforma de consultas ao Novo Caged e as tabelas divulgadas em planilhas pelo Ministério não permitem quantificar os estoques

de vínculos (e a variação relativa) de boa parte das variáveis, como é o caso das ocupações.

família provoca descontinuidades muito mais severas nas trajetórias ocupacionais das mulheres.

Quando se tomam as faixas etárias, é impressionante o resultado positivo que os menores de 17 anos e os indivíduos com idades entre 18 e 24 anos obtiveram, em sentido oposto ao do conjunto do emprego. No primeiro caso, o Novo Caged aponta a geração de 24,5 mil vínculos adicionais; no segundo, de 34,5 mil. Todas as demais faixas obtiveram resultados negativos. O segmento que encolheu mais fortemente foi o de 50 a 64 anos, em que a variação absoluta foi de -37,7 mil empregos, 1,6 vez superior à perda geral do Estado. Essa faixa — a título de referência — respondia por cerca de 18% do emprego formal da RAIS ao final de 2019. O intervalo etário anterior, de 40 a 49 anos, teve a segunda maior retração em 2020, segundo o Novo CAGED, em volume de vínculos, -17,7 mil. Muito próxima desse resultado, a faixa anterior, de 30 a 39 anos, retraiu-se em 16,6 mil integrantes.

No quesito escolaridade, a redução do emprego formal gaúcho, em 2020, concentrou-se fortemente (cerca de 72% do saldo) no grupo com ensino fundamental incompleto. Utilizando-se mais uma vez a referência — ilustrativa, apenas — à RAIS, esse intervalo de escolaridade restringia-se a 12,5% dos trabalhadores formais gaúchos ao final de 2019. Também teve um importante volume de perdas, em 2020, no Novo Caged, a faixa do fundamental completo (-11,2 mil vínculos). Além dessas, também a categoria superior completo apresentou retração. As demais, apresentaram modestos saldos positivos.

## 2.4. OS RESULTADOS AGREGADOS DA MOVIMENTAÇÃO DE 2020 NAS REGIÕES FUNCIONAIS

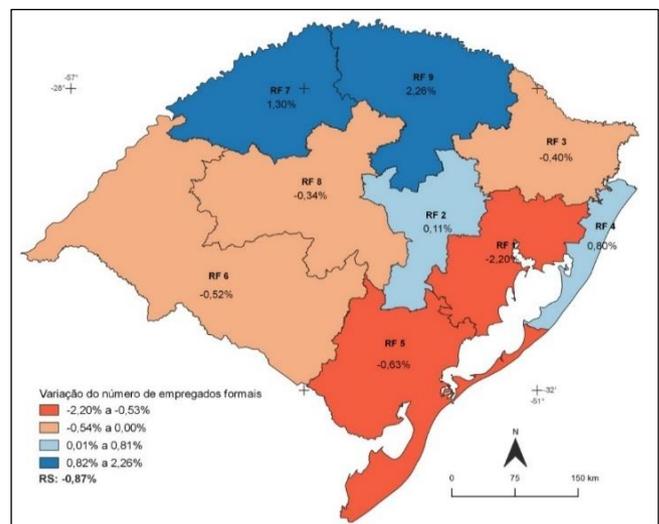
Como é de se esperar em uma análise regionalizada do território gaúcho, as dinâmicas gerais das conjunturas econômicas manifestam-se de formas relativamente diferenciadas, sem, no entanto, deixarem de imprimir tendências comuns. Com suas estruturas produtivas heterogêneas e com suas particularidades

<sup>16</sup> A coleta das informações aqui utilizadas, especificamente, na plataforma *on-line*, ocorreu nos últimos dias de março de 2021, constatando-se que os indicadores referentes a 2020 ostentavam pequenas diferenças, relativamente aos resultados mantidos no ar até então (que são apresentados nas demais seções deste boletim). Ao final de março último, ocorreu a divulgação dos resultados do Novo Caged alusivas a fevereiro de 2021, e, junto com elas, as

logísticas e concorrenciais, as nove Regiões Funcionais (RFs) em que o Rio Grande do Sul é subdividido para fins de planejamento fecharam o ano de 2020, segundo o Novo Caged, com variações do emprego formal distribuindo-se entre o decréscimo de 2,2% na RF1 (que sedia a Região Metropolitana de Porto Alegre) e uma expansão de 2,3% na RF9 (nucleada por Passo Fundo e Erechim).

O Mapa 1 demonstra que cinco das nove RFs tiveram decréscimo, no cômputo geral do ano, em seus vínculos formais de trabalho, incluindo-se as duas com maiores números de trabalhadores, a RF1 e a RF3 (que abrange a Serra). A retração mais severa, já referida, da RF1 foi a única a superar, percentualmente, a do agregado do Estado. O segundo pior desempenho relativo (-0,6%) localizou-se na RF5 (capitaneada por Pelotas e Rio Grande), seguindo-se a RF6 (Campanha), com -0,5%. Os resultados positivos vão desde a virtual estabilidade (0,1%) na RF2 (Vales do Taquari e Rio Pardo), passam pelos 0,8% e 1,3% — da RF4 (Litoral) e RF7 (de Ijuí e Santa Rosa), respectivamente —, até chegar aos 2,3% já referidos da RF9.

**Mapa 1 - Variação acumulada do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — 2020**



Fonte dos dados brutos: Novo Caged (BRASIL, 2021).

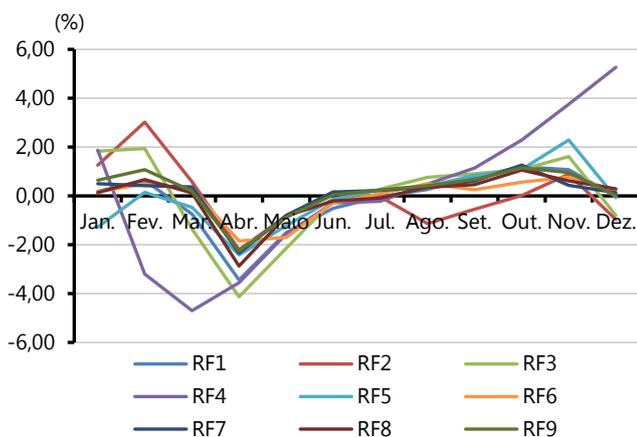
Por limitações de dados e de escopo, não se pretende aqui pormenorizar a dinâmica de cada uma das RFs e os respectivos condicionantes. Cabe ressaltar,

informações dos meses anteriores ainda incorporaram revisões ou inclusões incrementais. Os sistemas do Ministério da Economia em que os empregadores devem prestar as informações ao Novo Caged estabelecem um prazo, mas recebem registros feitos após a data-limite, os quais são incorporadas nas totalizações (e publicadas nas divulgações) sucessivas.

além dessa considerável dispersão de resultados anuais consolidados, o segundo aspecto, que é a razoável simetria dos movimentos do emprego no conjunto dessas regiões, ao longo do ano de 2020.

No **Gráfico 10**, em que pese a alguma dificuldade de identificação visual de cada linha ao longo de todos os 12 meses, é bastante nítida a convergência das trajetórias regionais, em seu movimento mais geral. O “desenho”, de resto, repete, de modo bastante próximo, a evolução acima apresentada para o emprego formal no Estado e no País. A RF que mais se particula- riza no gráfico, distanciando-se das demais, é a RF4, composta tão somente pelos 21 municípios do Con- selho Regional de Desenvolvimento (Corede) Litoral e caracterizada pela forte sazonalidade de suas atividades e da ocupação de mão de obra, com expansão pronun- ciada na primavera e forte retração nos primeiros me- ses de cada ano, coerentemente com o peso do tu- rismo de verão nessas municipalidades.

**Gráfico 10 – Evolução mensal do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — 2020**



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021).

Nota: O dado mensal refere-se à variação do estoque de vínculos for- mais relativamente ao mês anterior.

Sintetizando-se os principais elementos que a análise da evolução do emprego formal no Rio Grande do Sul, ao longo de 2020, permitiu apontar, destaca-se que o Estado encerrou esse ano de severas adversidades (que incidiram sobre um quadro já de escasso di- namismo, em frágil recuperação após um período re- cessivo) com resultados piores do que o agregado do País. O setor serviços, nos dois recortes territoriais, con- centrou a parcela principal da contração das oportuni- dades de trabalho, sendo clara a associação das ativi- dades econômicas e das ocupações mais afetadas com os segmentos produtivos mais dependentes da circu- lação, da presença e da aglomeração dos consumi-

dores, o que põe em relevo o drástico impacto da pan- demia de Covid-19. As consequências da estiagem que afetou o território gaúcho em 2020 são mais difíceis de reconhecer no Novo Caged, série restrita ao emprego formal (que tem um alcance muito mais limitado na apreensão da realidade da agropecuária do que nos demais setores de atividade), mas, inquestionavel- mente, contribuíram para os maus resultados de inú- meros segmentos produtivos fortemente encadeados com o desempenho do Setor Primário no Estado.

Há consideráveis indicações de que os vínculos de trabalho criados nessa conjuntura — independentemente de estar se tratando de saldos positivos ou ne- gativos, em cada recorte analítico — consagram perdas de qualidade, de ordens diversas. Primeiramente, o grande peso de contratos de trabalho intermitente, to- mando-se o dado do agregado do País como referên- cia, configura o avanço de uma modalidade que impõe forte insegurança ao trabalhador, o que envolve, de forma especialmente dramática, a sua remuneração efetiva. Ademais, os saldos positivos relativamente ele- vados de contratações de menores de idade e de jo- vens até 24 anos, em detrimento dos mais antigos, cos- tumam representar pressões negativas sobre a massa salarial (e, sob outro ponto de vista, sobre os rendimen- tos familiares), em consonância com as evidências apresentadas na primeira seção deste boletim, a partir dos dados da PNAD Contínua. Registre-se, ainda, a desproporcional penalização da parcela de mulheres contratadas, no Estado, ao longo do ano passado, já que a elas tocaram 70% do saldo negativo no emprego.

Do ponto de vista regional, reencontra-se a diver- sidade das realidades das diferentes porções do terri- tório gaúcho, tendo havido resultado anual positivo em quatro delas e diminuição do emprego formal em cinco. De modo geral, tanto as RFs quanto o Estado em seu conjunto e o agregado do País apresentaram uma tendência em comum de rápido decréscimo do em- prego entre os meses de abril e maio do ano passado, com gradativa recuperação a partir de meados do ano. O mês de dezembro, na maior parte dos casos, trouxe, mais uma vez, retração, mas essa é uma marca em grande parte sazonal.

## REFERÊNCIAS

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Departamento de Economia e Estatística, v. 2, n. 3, out. 2020. Disponível em: <https://de-admin.rs.gov.br/upload/arquivos/202010/20102957-boletim-de-trabalho-do-rs-v-2-n-3-outubro-2020.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Departamento de Economia e Estatística, v. 2, n. 4, 2020a.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Trabalho. **NOVO CAGED**: dezembro de 2020. [Brasília, DF]: Ministério da Economia, 2021. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged/novo-caged-2021/novo-caged-janeiro-2021>. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **NOVO CAGED**: Estatísticas Mensais do Emprego Formal: dezembro de 2020: Sumário executivo. [Brasília, DF]: Ministério da Economia, 2021a. Disponível em: [http://pdet.mte.gov.br/images/Novo\\_CAGED/Dez2020/1-sumarioexecutivo.pdf](http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Dez2020/1-sumarioexecutivo.pdf). Acesso em: 10 mar. 2021.

ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN. **Social Panorama of Latin America 2020**. Santiago: ECLAC, 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/en/publications/46688-social-panorama-latin-america-2020>. Acesso em: 23 mar. 2021.

FIORI, T. P.; XAVIER SOBRINHO, G. Trajetórias do emprego formal no Rio Grande do Sul em 2011: uma análise a partir dos dados da RAIS e do Caged. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 103-114, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contas Nacionais Trimestrais**: indicadores de volume e valores correntes: out.-dez. 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt\\_2020\\_4tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2020_4tri.pdf). Acesso em: 4 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua — PNAD Contínua**: Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 10 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - Divulgação Trimestral — 4.º trimestre de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 10 mar. 2021.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Global wage report 2020-2021** – Wages and minimum wages in the time of COVID-19. Geneva: ILO, 2020. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_762534.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_762534.pdf). Acesso em: 24 mar. 2021.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **Panorama laboral en tiempos de la COVID-19** – impactos en el mercado de trabajo y los ingresos en América Latina y el Caribe. Lima: OIT, 2020. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms\\_756694.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_756694.pdf). Acesso em: 9 dez. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **PIB RS trimestral**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2021. Disponível em: <https://de.rs.gov.br/pib-trimestral>. Acesso em: 18 mar. 2021.



**NOVAS FAÇANHAS**

NO PLANEJAMENTO,  
GOVERNANÇA E GESTÃO

[planejamento.rs.gov.br](http://planejamento.rs.gov.br)